

Claude Raffestin
POR UMA GEOGRAFIA DO PODER



Terceira parte

O TERRITÓRIO E O PODER

"A geografia política clássica é na verdade uma geografia do Estado, que seria necessário ultrapassar, propondo uma problemática relacional, na qual o poder é a chave — em toda relação circula o poder que não é riem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido.

Exercido por quem? Por atores saídos dessa população que foi analisada antes do território. No entanto, esta prioridade não nos poupará das acusações, pois rompe uma tradição bem estabelecida em geografia política. Mas por que a população em primeiro lugar? Porque é a fonte de poder, o próprio fundamento do poder, por sua capacidade de inovação ligada a seu potencial de trabalho. Assim, é por ela que passam todas as relações."...Claude Raffestin

CAPÍTULO I

O que é o território?

I - Do espaço ao território

Espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias. Não discutiremos aqui se são noções ou conceitos, embora nesses últimos vinte anos tenham sido feitos esforços no sentido de conceder um estatuto de noção ao espaço e um estatuto de conceito ao território. O estatuto de conceito permite uma formalização e/ou uma quantificação mais precisa do que o estatuto de noção.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do "espaço ao território: "A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc.". O território, nessa perspectiva, um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si.

Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Todo projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos. É por

esses sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais. É preciso, pois, compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são reveladas por meio de códigos e de sistemas sêmicos. Os limites do espaço são os do sistema sêmico mobilizado para representá-lo. Unimo-nos aqui ao pensamento de Wittgenstein (*"The limits of my language mean the limits of my world"*). Mas o próprio sistema sêmico é marcado por toda uma infraestrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelos modos de produção. Isso é o mesmo que dizer que a representação só atinge no espaço aquilo que é suscetível de corresponder as "utilidades" sociais *lato sensu*. Assim, portanto, a representação compõe o cenário, tendo a organização como o espetáculo da tomada original do poder. Se, atualmente, a matriz da representação provém do sistema topográfico, ao longo da História ocorreram muitos outros tipos de representação. Os sistemas de projeção de um lugar ou de um conjunto de lugares não foram, talvez, suficientemente analisados sob o ângulo do poder, isto é, na perspectiva de uma comunicação social que assegura a ligação entre os objetivos intencionais e as realizações.

A imagem ou modelo, ou seja, toda construção da realidade, é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem. Uma imagem, um guia de ação, que tomou as mais diversas formas. Até fizemos da imagem um "objeto" em si e adquirimos, com o tempo, o hábito de agir mais sobre as imagens, simulacros dos objetos, do que sobre os próprios objetos. A partir, daí, devemos nos admirar se os manipulamos, se os temos manipulado e se os manipularemos cada vez mais? Poderíamos imaginar o estudo dos sistemas de representação em ligação com as classes que detinham o poder através da História. Descobriríamos coisas bastante intrigantes que revelariam a natureza das diferentes dominações que pesaram sobre o mundo. Mas tal não é o nosso propósito. Não pode sê-lo, pois isso nos levaria longe demais. Contudo, é preciso que nos detenhamos um pouco na representação moderna do espaço.

A cartografia moderna apareceu na Renascença. Seguiu, portanto de perto o nascimento do Estado moderno. Muito rápido, se tornou um instrumento de poder e do "Poder". Essa cartografia privilegiou uma "sintaxe" euclidiana que certamente não deixou de contribuir para modelar os comportamentos do poder. Essa sintaxe é muito eficaz, pois só mobiliza três elementos fundamentais: a superfície ou o plano, a linha ou a reta e o ponto ou momento o plano. É da combinação desses elementos que resultam as imagens ou as representações do espaço. A eficácia desse sistema sêmico reside também no fato de que se trata de um puro jogo estrutural que transcende os objetos representados, mas que preserva seus contatos, suas relações. Esse puro jogo estrutural satisfaz as necessidades de representação durante muito tempo e pode-se mesmo perguntar se aos axiomas do jogo não corresponderia, ou não teria correspondido, um sistema não explicitado de axiomas que governaria o uso do

poder no espaço. À projeção sobre um espaço qualquer E de um sistema a é preciso fazer corresponder a projeção de um sistema de intenções de poder que se molda sobre o primeiro. A delimitação de um território, o controle de pontos, de ilhas, de cidades etc. e o traçado de rodovias, de vias etc. não surgem de uma axiomática euclidiana traduzida em termos de relações de poder? Não somente estamos tentados a dizê-lo, como o afirmamos! A única coisa que não é imediatamente possível mostrar é o sistema de axiomas dessas relações de poder. Para aí chegar, seria conveniente analisar, desde o Renascimento, as grandes políticas espaciais dos Estados em relação às suas realizações territoriais. Na sua vontade de atingir o mar, de preservar o acesso às rodovias, de implantar cidades, de fazer coincidir uma fronteira com uma linha de cristas ou um rio, os Estados modularam suas políticas segundo uma axiomática não claramente assumida, mas bem presente e bem real. É simples: desde que o jogo estrutural funcione, a ação coordenada, bem preparada sobre o plano, não pode ter o caráter sistemático da geometria, pois intervêm então os dados reais do contexto espaço-temporal. Isso significa que se passa de uma axiomática pura para uma axiomática comandada peio caráter probabilista e necessariamente descontínuo da ação.

Isso pode ser mostrado de uma maneira intuitiva por meio de um exemplo formal que não será a representação do ator, mas a representação possível, digamos, uma das representações possíveis de um ator engajado como elemento no sistema. Inicialmente, o ator está situado num ponto do espaço, num ponto a partir do qual vai representar o espaço para si. O ponto não é, ao contrário do que poderia parecer, privilegiado em relação aos outros elementos: superfície e linha. Só fornece a origem da representação, isto é, fornece o suporte egocêntrico da representação, pois esta é sempre uma manifestação do "eu" em relação ao "não-eu", uma explicitação da interioridade em relação à exterioridade.

Nessa perspectiva, podemos pois colocar o ator num ponto e dispor os elementos da sua representação. Um esquema simples será suficiente para destacar uma imagem possível. Para as necessidades da demonstração, só utilizaremos os pontos, as linhas e as superfícies (fig. 32).

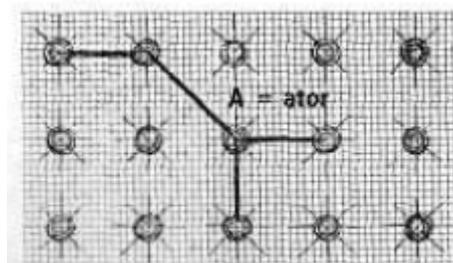


Figura 32

Que temos nós neste esquema simplista e, contudo, suficiente? Pontos que podem representar a localização de outros atores ou propriedades que interessam a A; retas que juntam outros pontos e que delimitam uma superfície. Ainda aí, pouco importa a natureza dessas retas, que podem ser a representação de coisas diferentes. O que é importante compreender bem é o valor desse esquema como uma representação de um espaço para o ator A. É evidente que essa representação não esgota o conteúdo desse espaço, pois nada mais é do que a transcrição dos objetivos intencionais de A. A partir daí, percebe-se que essa representação é egocêntrica, pois seria bem diferente (hipótese possível) se considerássemos um outro ator situado numa outra porção do plano acima. A representação proposta aqui é portanto um conjunto definido em relação aos objetivos de um ator. Não se trata pois do “espaço”, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, o espaço visto e/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação.

A representação de A, supõe um gasto de energia para adquirir a informação. A representação resulta de um trabalho e como tal pode ser qualificada como energia informada. Essa energia informada, como todas as outras, aliás, não é estável; ela se modifica e finalmente se degrada. A representação é um trabalho de Sísifo que recomeça sem cessar. Imaginar uma representação estável é imaginar a imobilidade, portanto a morte ou a entropia do ator. Pode-se, nesse caso, falar de ruptura entre o espaço e a sua representação? Certamente que não, na perspectiva que traçamos, pois o espaço só existe em função dos objetos intencionais do ator. Isso significa que, se há ruptura, esta só pode existir entre a informação que seria desejável no sistema de objetivos e a informação à disposição. A consequência dessa ruptura se traduz no nível da ação, isto é, essa ruptura significará então uma relação de poder dissimétrica, pois os ganhos antecipados correm o risco de ser inferiores aos ganhos efetivamente realizados, considerando-se a energia investida no processo. Só após a ação se verifica o valor da energia informada, cristalizada na representação.

Se voltarmos ao esquema, constataremos que é uma representação estabelecida em função dos objetivos intencionais, ignorados por nós na ocorrência, uma voz que os deixamos no domínio hipotético. Assim, é impossível dizer, nesse caso, se há uma ruptura entre a informação à disposição e a informação necessária para conduzir uma ação qualquer. Entretanto, nota-se que, se nos situarmos no ponto de vista do ator A, a expressão “o espaço é um lugar ou um campo de possibilidades”, atinge todo o seu valor. De fato, a partir dessa representação original, o ator pode decidir “construir” vários tipos de tessituras e articular todos os pontos, ou somente alguns, em redes. Pode decidir ligar certos pontos, assegurando entre eles a continuidade por meio de

um sistema de junções ou, ao contrário, impedir que certos pontos sejam ligados entre si, imaginando um sistema de disjunções. Em nosso esquema sempre bem simplista, poderíamos inscrever tantas "imagens territoriais" quantos objetivos intencionais diferentes houver. De novo, contudo, haverá uma ruptura entre a imagem territorial projetada e o território real. Primeiro, porque uma imagem nunca é transcrita tal e qual a partir do plano, mas isso é banal. Em seguida, começamos a atingir o problema, pois não existe somente um único ator. De fato, se introduzirmos um segundo ator A' no esquema, haverá uma outra representação mesmo que os objetivos sejam congruentes. Institui-se então uma relação entre A e A', uma relação de poder, sem nenhuma dúvida. Um exemplo pode ilustrar muito bem essa situação: o dos projetos de construção de estradas de ferro na Itália. Entre 1845-46 e 1961, cinco projetos ou cinco imagens da rede ferroviária foram formulados. Eles revelam objetivos intencionais congruentes, mas contudo diferentes. Enfim, a rede real não corresponde a nenhum desses projetos, mas resulta do jogo multilateral dos múltiplos atores em causa. Quer se trate de tessituras, de nós ou de redes, há muitas ilustrações para compreender a construção territorial.

Não deixa de ser verdade que os atores revelam, quando agem, uma espécie de axiomática subjacente. Tudo se passa como se as ações se deduzissem umas das outras. Alguns exemplos dessa possível axiomática podem ser enunciados, ainda que, em matéria de poder, pelo que conhecemos, nenhum esforço tenha sido tentado nesse domínio. Poderíamos enunciar os seguintes axiomas:

1. Toda superfície é passível de ser "tecida em malhas"; (no sentido de divisão territorial)
2. Esse sistema de malhas não é único;
3. Pode-se estabelecer ao menos um caminho entre dois pontos dessa superfície;
4. Esse caminho não é único;
5. Entre três pontos dessa superfície, pode-se estabelecer ao menos uma rede.

Nota-se, por outro lado, que sua formulação é bem vizinha da dos axiomas da geometria euclidiana, salvo que não se trata de uma geometrização da ação, mas antes de uma ação que se procura representar geometricamente, o que não é a mesma coisa. Veremos que, de fato, o poder constrói malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios'. Esses sistemas de malhas não são únicos; existem diferentes tipos, de acordo com a própria natureza das ações consideradas. Observações análogas, senão idênticas, poderiam ser feitas para os nós e as redes. Ainda uma vez, a axiomática do poder em matéria territorial não é uma demarcação de uma outra axiomática geométrica, mas um prolongamento que deve contar com a heterogeneidade das condições reais nas quais se manifesta.

Não se trata de uma axiomática fechada, bem ao contrário, e ainda mais porque os atores têm comportamentos que resultam das probabilidades. Enfim, também porque todo axioma é sustentado por uma psicossociologia e uma ideologia. Toda axiomática é histórica, e para atingir o seu significado é preciso construir, ou reconstruir, o contexto sócio-histórico no qual se originou e do qual procede.

O que é, então, o território? Vamos mostrá-lo no parágrafo seguinte, mas antes convém talvez formalizar as reflexões anteriores. Partimos de E, um dado que só adquire valor por meio de uma representação. Onde A a E seja uma representação na qual há trabalho, produção, em outros termos. Isto é, A r (A a E). Essa fórmula dá conta do quanto de território é produzido: T-» A r (A a E). O consumo por usuário é uma função de A r (A a E)⁸. Isso interessa à territorialidade, que trataremos mais tarde. Antes de abordar essa importante questão que diz respeito ao conjunto das relações mantidas com o território, convém mostrar como se elabora, como se produz o sistema territorial.

II - O sistema territorial

Apresentaremos primeiro os diferentes elementos do sistema territorial, aos quais consagraremos em seguida, para cada um deles, um capítulo específico. A partir de uma representação, os atores vão proceder à repartição das superfícies, à implantação de nós e à construção de redes. É o que se poderia chamar de "essencial visível" das práticas espaciais, ainda que malhas, nós e redes não sejam sempre diretamente observáveis, pois podem pura e simplesmente estar ligados a decisões. Mesmo que não sejam discerníveis, têm uma existência com a qual é preciso contar, pois intervêm nas estratégias. Mas, se nos limitarmos ao território concreto, esses atos vão se traduzir por "atos observáveis". Isso é percebido desde a Antiguidade até os dias atuais: "Os povos civilizados parecem ter aspirado à universalidade desde muito cedo, porém sempre dividiram cuidadosamente o espaço a fim de se distinguir de seus vizinhos". Ainda que essa observação seja restritiva, uma vez que não se trata somente de separar, mas de diferenciar. Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma "produção territorial que faz intervir tessitura, nó e rede. É interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação.

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento a acessibilidade. Sendo que a distância pode se apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação

entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural, que resulta em jogos de oferta e procura, que provém dos indivíduos e/ou grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações.

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes. Quer sejam formados a partir do princípio da propriedade privada ou coletiva, nós os encontramos em todas as práticas espaciais. Se insistirmos nesse fato é porque estamos em presença, sem dúvida nenhuma, de "universais" ou de invariáveis propriamente geográficas. Não as mobilizamos ainda o bastante e não as acionamos, ou seja, não foram suficientemente analisadas e dissecadas para permitir a compreensão da natureza das visões intencionais dos grupos sociais. Com as tessituras, os nós e as redes, temos três subconjuntos estruturais que sustentam a prática espacial. Conjuntos estruturais aparentemente multiformes mas que são, de fato, imagens possíveis de uma mesma estrutura de base. É certo, mas como diria Eco, isso nos leva a uma outra estrutura e, enfim, nunca atingimos as verdadeiras estruturas. Para sair do círculo vicioso no qual Eco nos encerra, pode-se considerar o problema distinguindo o desenvolvimento do processo, do ponto de vista externo.

A estrutura tessituras—nós—redes é exteriorizada por um grupo. É a encenação de uma outra estrutura interiorizada, Esta aqui sendo, por pura hipótese, talvez biossocial. Mas o simples fato de que esse conjunto se manifesta para qualquer grupo indica que, apesar das formas que possa tomar, é assinalável na passagem da interioridade à exterioridade. Pode-se sempre constatar a sua presença, mesmo que não se possa explicar suas origens ou suas raízes no homem e/ou no grupo.

A partir daí, é possível construir uma matriz que justifique esse conjunto estrutural que toma, uma vez exteriorizado uma infinidade de imagens. É essencial fazer claramente distinção entre "imagem", por um lado, e "estrutura", por outro. A imagem sendo a forma assumida pela estrutura manipulada por um sistema de objetivos intencionais e de ações. Os diferentes modelos urbanos, os diferentes modelos de núcleos centrais e os modelos de distribuição de densidades nada mais são do que uma única e mesma

estrutura comandada por objetivos e por ações diferentes, que dão imagens variadas de cidades e de redes urbanas, por exemplo (quadro 1).

Quadro 1
O sistema territorial

Sistemas de objetivos e de ações Elementos do espaço Conhecimentos e práticas	Econômicos	Políticos	Sociais	Culturais
Superfícies	Tessituras	Ídem	Ídem	Ídem
Pontos	Nós	Ídem	Ídem	Ídem
Linhas	Redes	Ídem	Ídem	Ídem

Este quadro do sistema territorial resume a produção territorial. Não a explica, é claro, pois para isso é preciso recorrer aos princípios ou códigos que asseguram, por meio dos sistemas sêmicos, a comunicação entre os modos de produção e o espaço.

As "imagens" territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de, poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que "produzem" o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem "territórios". Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nos combinamos energia e informação que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos diversas relações de poder.

Quando o geógrafo é posto diante de um sistema territorial, ele descobre uma produção já elaborada, já realizada. Produção suscetível de mudanças, contudo suficientemente fixa para ser analisada. Mas toda análise supõe uma linguagem. Sem linguagem, não há leitura possível, não há interpretação e, portanto, nenhum conhecimento sobre a prática que produziu o território.

Vamos considerar separadamente os três subconjuntos estruturais colocados em evidência no quadro e tentar descobrir os princípios de leitura. No sentido mais geral do termo, toda tessitura implica a noção de limite. Aqui também se descobre que a noção de limite é um dos componentes gerais de toda prática, não somente espacial. Seria fácil mostrar que a imagem da noção de limite é quase universal em todos os tipos de

práticas e de conhecimentos, Definir, caracterizar, distinguir, classificar, decidir, agir implicam a noção de limite: é preciso delimitar, A história da noção de limite seria apaixonante... e verdadeiramente estafante, pois estaria além das possibilidades de um só homem. Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis. O problema da escala sendo, bem entendido, posto de lado.

Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa. O desenho de uma malha ou de um conjunto de malhas é a consequência de uma relação com o espaço e, por conseguinte, a forma mais elementar da produção de território. É evidente que se pode tecer uma superfície de uma infinidade de maneiras. Na realidade, tal não é o caso, pois o sistema de objetivos e de ações é sempre guiado por uma série de princípios que revelam uma ordem, hierárquica ou não. A tessitura territorial pode comportar níveis que são determinados pelas funções que devem se realizar em cada uma dessas malhas. Conforme a importância e a natureza das funções ligadas a cada nível, se poderá falar de centralizações ou de descentralizações. Neste caso, a sutileza da tessitura é ambígua, - se não levarmos em consideração os objetivos. De fato, uma tessitura em vários níveis pode ter por objetivo assegurar para a população o funcionamento no nível ótimo de um conjunto de atividades, ou pode ter por objetivo assegurar o controle da população em nível ótimo. Por essas razões, é conveniente ser muito prudente na interpretação. É preciso distinguir a tessitura desejada da tessitura suportada pelo grupo. A tessitura "desejada" é aquela que tenta otimizar o campo operatório do grupo, enquanto a tessitura "suportada" é aquela que tenta maximizar o controle do grupo. O limite não tem, portanto, de nenhuma forma, o mesmo significado nos dois casos. No entanto, nos dois casos a tessitura é a projeção de um sistema de limites ou de fronteiras, mais ou menos funcionalizadas (voltaremos sobre essa questão). A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há os poderes que podem intervir em todas as escalas e aqueles que estão limitados às escalas dadas. Finalmente, a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes.

Isso nos conduz a considerar os limites não somente do ponto de vista linear, mas também do ponto de vista zonal. A percepção apreendida dos limites conduz, com frequência, a privilegiar a linha em detrimento da zona, e a experiência que temos de fronteiras contribui muito para essa maneira de ver. De fato, muitos limites são zonais na medida em que a área delimitada não é, necessariamente, a sede de uma

soberania fixada de forma rígida, mas a sede de uma atividade econômica ou cultural que não se esgota bruscamente no território, mas de maneira progressiva. É suficiente dizer que as tessituras se superpõem, se cortam e se recortam sem cessar. Lembremos, por exemplo, da tessitura agrícola: as parcelas de cultura, malhas funcionais, não correspondem necessariamente, mesmo raramente, às parcelas como expressão da propriedade. Num nível mais elevado, as regiões administrativas quase nunca coincidem com as regiões econômicas. Todo projeto de um ator sintagmático se realiza em várias malhas ao mesmo tempo, mesmo quando ele nem suspeita disso. É até, com frequência, uma fonte de restrições e de contradições que desviam sua ação.

As tessituras de origem política, aquelas criadas pelo Estado, em geral têm uma permanência maior do que as resultantes de uma ação dos atores empregados na realização de um programa: os limites, políticos e administrativos, são mais ou menos estáveis, enquanto os limites econômicos os são bem menos pois são bem mais dinâmicos, isto é, se adaptam às mudanças de estruturas e de conjunturas. Ainda que as áreas de distribuição ou de coleta de empresas monopolistas ou oligopolistas, em geral desconhecidas do público, possam ter uma grande permanência. Contudo, a grande diferença entre malha política e malha econômica está no fato de que a primeira resulta de uma decisão de um poder ratificado, legitimado, enquanto a segunda resulta de um poder de fato. Além disso, as tessituras políticas não se desfazem, não se apagam tão facilmente como as tessituras econômicas. Podem-se encontrar porções de fronteiras comunais transformadas em fronteiras nacionais. A Igreja romana recuperou na Europa uma parte da tessitura do Império Romano; os departamentos franceses não obliteraram de todo os limites das províncias do Antigo Regime.

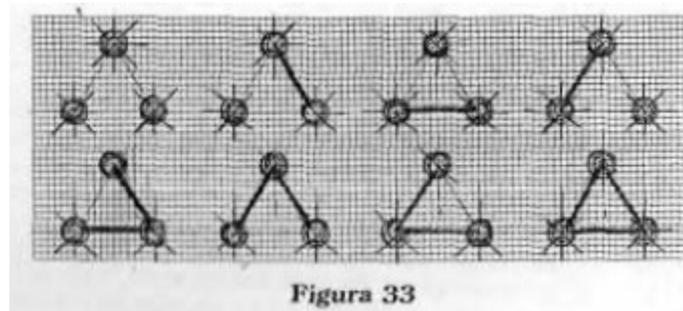
A tessitura política se transmite se herda com mais facilidade do que a tessitura econômica, pois é a expressão de um estado de direito de soberanias, mais do que de ações contínuas, como no domínio econômico. As transformações se fazem por subdivisões ou reagrupamentos. Um trabalho interessante, que ainda não se fez, seria procurar deslindar as relações entre dimensão e natureza do poder. A dimensão de uma malha nunca é — ou quase nunca — aleatória, pois cristaliza todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos: econômicos, políticos, sociais e/ou culturais. Os ensaios de Toschi que seguiam essa linha não tiveram continuação. Em geral, as questões sobre essa matéria se colocam *a posteriori*. É assim que se pode dizer que, na França, as regiões planejadas não eram operatórias, por serem muito pequenas. A vontade de construir regiões de igual tamanho não é necessariamente racional nem, muito menos, pertinente. A História nos legou comunas bem dessemelhantes em suas dimensões e sabe-se hoje que as razões disso são profundas.

Essas malhas não são homogêneas nem uniformes. Acolhem, além da população, evidentemente, outros elementos que revelam a organização territorial, ou seja, os pontos ou as nodosidades territoriais ou, ainda, aquilo que se chama de marco. Nesses conjuntos de pontos, que também são localizações e que reagrupam indivíduos ou grupos, se elabora toda a existência, quer se trate de aldeias, cidades, capitais ou metrópoles gigantes. Nota-se que, durante muito tempo, a geografia não soube tratar adequadamente desses nós espaciais, dessas nodosidades que podiam modificar não somente a imagem, mas também a situação das malhas nas quais estavam inscritas. Sem dúvida é porque o ponto, por sua essência, se presta bem apenas às análises de repartição e, sobretudo, de hierarquização. Claro, o ponto pode ser estudado em si, mas então o sacrificamos a uma descrição estática. Se nos fixarmos nos exemplos enunciados acima — aldeias, cidades etc. —, descobre-se que estamos diante de locais de aglomeração, lugares de poder, ou seja, de centros. Já mostramos que todo ator se vê e se representa como um centro, O ponto é, de certa forma, a expressão de todo ego, individual ou coletivo. Locais de poderes, mas também locais de referência, cuja posição se determina de uma forma absoluta ou de uma forma relativa. É o mesmo que dizer que, enquanto locais de poder, os pontos se definem melhor em termos relativos que em termos absolutos. O que importa saber é onde se situa o Outro, aquele que pode nos prejudicar ou nos ajudar, aquele que possui ou não tal coisa, aquele que tem acesso ou não a tal recurso etc. Os pontos simbolizam a posição dos atores.

Mas esses atores não se opõem; agem e, em conseqüência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles. Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. À idéia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação mas, por natureza a rede que desenha os limites e as fronteiras não assegura a comunicação. É uma rede de disjunção. Mas mesmo uma rede de comunicações pode, a um só tempo, assegurar aquilo para o que foi concebida e impedir outras comunicações. Quantas cidades foram cortadas em duas, seccionadas por redes de comunicação rodoviárias ou ferroviárias! A ambivalência surge em escalas diferentes. O que pode ser visto como comunicação em pequena escala pode ser visto como perda de comunicação em grande escala. É o que se pode observar no caso de auto-estradas que com freqüência arruinam o tráfego de passagem das cidades pequenas.

Isso é particularmente verdadeiro para as redes concretas: redes rodoviárias, ferroviárias, de navegação. Essas redes que se traduzem por infra-estruturas no território partem e/ou ligam sempre pontos precisos específicos. É a própria expressão da hierarquia dos pontos. Se seguirmos a formação da rede ferroviária francesa, nota-se que, por volta de 1845, os pontos privilegiados são: Paris, com ligações para o norte

e para Orléans e Tours; Lyon, com ligações em direção a Saint-Étienne; e Nîmes, com ligações em direção a Montpellier e Sete. Além disso, esses três conjuntos de pontos se situam todos num eixo norte-sul. Seria possível falar de um "eixo central", pois são as redes que asseguram o controle do espaço e o controle no espaço. Entre uma série de pontos, não há uma infinidade de possibilidades, mas somente com três pontos temos já oito possibilidades (fig. 33).



Para quatro pontos têm-se 64 alternativas, e para seis, 32 768! Basta dizer que as estratégias dos atores são numerosas²⁰. Digamos que na escala humana são praticamente infinitas. Mas na realidade, em razão dos recursos disponíveis, trata-se de um conjunto finito.

Toda rede é uma imagem do poder ou mais necessariamente do Poder do ou dos atores dominantes. O exemplo ferroviário francês é evidentemente bem clássico, até mesmo uma caricatura. Sem dúvida, mas não se repete menos nas outras redes concretas. Toda rede revela, da mesma forma que as tessituras e a implantação dos pontos, um certo domínio do espaço, um domínio do quadro espaço temporal, na realidade. Com efeito, é preciso introduzir o tempo, pelas razões evocadas anteriormente, mas também por causa das redes abstratas, cujos picos podem ser concretos e visíveis, mas não os arcos que ligam esses pontos: redes de rádio e de televisão, redes bancárias etc.

De qualquer forma, as organizações são muito influenciadas pelas redes de comunicações e pode-se pretender que mudanças de rede conduzam a modificações sensíveis no arcabouço social do grupo. O sistema é tanto um meio como um fim. Como meio, denota um território, uma organização territorial, mas como fim conota uma ideologia da organização. É portanto, de uma só vez ou alternadamente, meio e finalidade das estratégias. Toda combinação territorial cristaliza energia e informação, estruturadas por códigos. Como objetivo, o sistema territorial pode ser decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos atores e, como meio, pode ser decifrado por meio dos ganhos e dos custos que acarreta para os atores. O sistema territorial é, portanto, produto e meio de produção. Isso nos leva a abordar o terceiro item deste

capítulo, isto é, o problema da territorialidade, que é um dos mais negligenciados pela geografia.

III - A territorialidade

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele.

A identificação da noção de territorialidade coloca problemas. A história dessa noção está por ser feita, principalmente porque ela nos veio dos naturalistas, que se preocuparam com a territorialidade animal e não com a territorialidade humana. Embora pressentida há mais ou menos três séculos, essa noção só foi verdadeiramente explicitada pelos naturalistas em 1920, por H. E. Howard por exemplo, que a definiu como "a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie". Depois dele muitos autores, como John B. Calhoun, Karl von Frisch, H. Hediger, Konrad Lorenz, desenvolveram muito bem essa idéia de territorialidade animal.

Nas ciências do homem ela foi tratada, seja direta ou indiretamente, por aqueles que de perto ou de longe abordaram as relações com o espaço ou o território. No entanto, os esforços foram bem menores para identificar a territorialidade humana com precisão.

As tentativas de Hall são significativas, mas sua proxemia desemboca numa territorialidade "situacionista", que não é facilmente transposta em pequena escala nas análises macrogeográficas. Na tradição americana a territorialidade é definida como "um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem". Como diz o próprio Soja, o mais geográfico dos modelos é aquele das relações espaciais determinadas por inclusões ou exclusões. Parece-nos que o elemento essencial a reter é a relação com a alteridade. O outro sendo não somente o espaço modelado, mas também os indivíduos e/ou os grupos que aí se inserem.

Quando Soja escreveu que uma das ilustrações mais claras da noção de territorialidade pode ser encontrada na idéia ocidental da propriedade privada, estivemos prontos a segui-lo, mas no entanto é preciso lembrar que o fato de delimitar parcelas, de marcá-las, cercá-las não é uma simples relação com o território, mas bem mais que isso. É uma relação triangular, como diria René Girard, no sentido de que a relação com o território é uma relação que mediatiza em seguida as relações com os homens, com os outros (fig. 34).

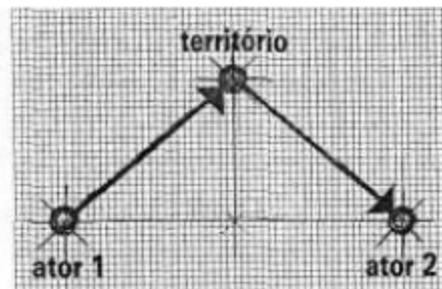


Figura 34

Acreditamos ser possível definir uma territorialidade *lato sensu*, que procede de uma problemática relacional. Para tanto, proporemos uma expressão simples que pode exprimi-la: $H \ r \ E$. **H** sendo o indivíduo, o sujeito, desde que pertença a uma coletividade; **r** sendo uma relação particular definida por uma forma e um conteúdo e que necessita de mediatos; e **E** sendo a exterioridade, isto é, uma "topia", um lugar, mas também um espaço abstrato, como um sistema institucional, político ou cultural, por exemplo. Mas a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade—espaço—tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Então, a territorialidade pode assim ser expressa: $T \square \Sigma H \ r \ E$. Mas essa territorialidade é dinâmica, pois os elementos que a constituem, $H \ r \ E$, são suscetíveis de variações no tempo. É útil dizer, nesse caso, que as variações que podem afetar cada um dos elementos não obedecem às mesmas escalas de tempo. Essa territorialidade resume de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. As relações que a constituem podem ser simétricas ou dissimétricas, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. Opondo-se uma à outra, teremos uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo, enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo. Entre essas duas situações extremas teremos os outros casos, nos quais um ou dois dos elementos podem mudar, enquanto o outro ou os outros permanecem estáveis.

Sem dúvida, tudo reside na relação concebida como processo de troca e/ou de comunicação. Processo que precisa da energia e da informação, processo que permite aos atores satisfazerem suas necessidades, ou seja, proporcionar a eles um ganho mas também um custo. Se ganhos e custos se equilibram, as relações são simétricas, do contrário são dissimétricas.

A territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade. É urgente abandonar as analogias animais para tratar da territorialidade humana.

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores.

Toda produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste. Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir. Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a "face vivida" da "face agida" do poder.

A esse respeito, é interessante retornar o que Soja diz sobre a territorialidade, que segundo ele seria composta de três elementos: senso de identidade espacial, senso de exclusividade, compartimentação da interação humana no espaço. Percebe-se que a identidade, se não pode ser posta em causa, não apresenta coerência fora da concepção "imaginária" de um grupo constituído por meio de uma amostragem de indivíduos. A exclusividade completa a identidade e, quanto à interação, esta surge de um outro nível, em comparação aos dois primeiros, e é talvez a mais significativa em termos relacionais. O inconveniente do método de Soja é que ele mistura o subjetivo e o não-subjetivo e apaga as situações de classe. Enquanto os economistas sempre tendem a homogeneizar o espaço, os geógrafos, por seu turno, homogeneizam a sociedade. Eis por que pensamos que a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal.

A territorialidade de um siciliano, por exemplo, é bem constituída pelo conjunto daquilo que ele vive cotidianamente: relações com o trabalho, com o não-trabalho, com a família, a mulher, a autoridade política etc. Entretanto, não é possível compreender essa territorialidade se não se considerar aquilo que a construiu, os lugares em que ela

se desenvolve e os ritmos que ela implica. Há a parte interna da territorialidade, o núcleo denso, em certo sentido, e a parte externa, aquela imposta pelos atores não sicilianos. A territorialidade siciliana é uma longa luta para preservar uma identidade, uma diferença, mas é uma luta esgotante contra o norte da Itália. O poder piemontês não obliterou a identidade siciliana, também não modificou sensivelmente as relações ancestrais mas, ao contrário, bloqueou a evolução da territorialidade e, ao mesmo tempo, foi modificado por essa relação exaustiva. Se o norte impôs à Sicília uma relação dissimétrica no plano econômico, a Sicília, em contraposição, impôs ao norte uma relação conflitual no plano político. A relação Itália—Sicília é a história do choque de duas territorialidades contraditórias, caracterizadas, respectivamente, por uma racionalidade econômica capitalista e uma racionalidade política "feudal". Melhor que ninguém, René Rochefort exprimiu esse confronto, que se traduz por múltiplos bloqueios: "Para os milaneses e os piemonteses, a Sicília permanece uma terra estranha, de onde se volta com histórias coloridas, negras ou rosas, que têm cheiro de idílio ou de filme policial".

Com a racionalidade econômica do norte, há a ruptura técnica, psicológica e sociológica: "O nascimento de novos pólos de desenvolvimento sicilianos sob o controle e com a ajuda da economia dominante da Itália setentrional deixa, assim, a economia siciliana gravemente desarticulada, para não dizer mais desarticulada que nunca".

Mas o norte está em ruptura com a racionalidade política da Sicília, da qual uma burguesia que procede da terra (e, por uma certa parte, pela promoção mafiosa) é detentora.

A territorialidade siciliana é profundamente dissimétrica e conflitual. As relações com os seres, com as coisas e com os territórios que a compõem são, quase sempre, atravessadas pela violência, a forma extrema e brutal do poder.

Pode-se perguntar se a territorialidade não estaria em condições de favorecer um sistema de análise ternária que romperia com a tradição do sistema bipolar clássico, homem-meio.

CAPÍTULO II

AS QUADRÍCULAS DO PODER

I - Limites e fronteiras

Diariamente, em todas as fases de nossa existência, somos confrontados com a noção de limite: traçamos limites ou esbarramos em limites. Entrar em relação com os seres e as coisas é traçar limites ou se chocar com limites. Toda relação depende da delimitação de um campo, no interior do qual ela se origina, se realiza e se esgota.

Pode-se deduzir daí que o limite é o que constitui o nosso cérebro? Laborit pensa que sim, ou não está longe de pensar, quando escreve que "ainda possuímos em nosso cérebro um velho cérebro de réptil"¹. E acrescenta: "Seria útil saber o que subsiste, no homem, desse automatismo na *noção de propriedade* (grifo nosso), de classe ou de pátria, pois seu funcionamento reflexo, portanto inconsciente, é ignorado ou, mais dramaticamente ainda, considerado como decorrente de princípios fundamentais, até mesmo de princípios éticos ligados à 'natureza humana', enquanto, antes de tudo, ele fez parte da 'natureza' réptil que carregamos sempre em nós"². Sempre segundo Laborit, esse cérebro primitivo seria "responsável" pelo estabelecimento do território. O que seria então, senão a instauração de um sistema inculcado de limites? O limite, a fronteira *a fortiori*, seria assim a expressão de uma interface biossocial, que não escapa à historicidade e que pode, por consequência ser modificada ou até mesmo ultrapassada. De fato, desde que o homem surgiu, as noções de limites e de fronteiras evoluíram consideravelmente, sem no entanto nunca desaparecerem. É evidente que os significados do limite variaram muito no decorrer da História. Não há por que se admirar, pois o limite é um sinal ou, mais exatamente, um sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou o da ação diferenciada. Toda propriedade ou apropriação é marcada por limites visíveis ou não, assinalados no próprio território ou numa representação do território: plano cadastral ou carta topográfica. Toda função é também marcada por limites frouxos ou rígidos que determinam sua área de extensão ou de ação. Nesse caso, os limites estão em estreitas relações com o trabalho, portanto com o poder. Limites de propriedade e limites funcionais podem coincidir, superpondo-se, ou, ao contrário, se recortarem. Mas vê-se logo que, na qualidade de sistema sêmico, os limites são utilizados para manifestar os modos de produção, isto é, para torná-los espetaculares. O limite cristalizado se torna então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder.

Toda quadrícula é ao mesmo tempo a expressão de um projeto social que resulta das relações de produção que se enlaçam nos modos de produção e o campo ideológico, presente em toda relação. Como tal, os limites aparecem como uma informação que estrutura o território. Mas produzir essa informação estruturante consome energia, aquela mesma que é produzida ou controlada nos modos de produção. Há uma inegável coerência entre os sistemas sêmicos e os modos de produção. Essa coerência não implica a ausência de contradições. De fato, desde que surjam mudanças nos modos de produção, nas relações de produção, na organização das

forças de trabalho, o sistema de limites conhece então mutações sensíveis. Mutações que não são somente econômicas, como nos levaria a crer a fase anterior, mas também políticas, sociais e culturais. Não há nada de mais absurdo que ouvir dizer que todo sistema de limites é arbitrário. Sem dúvida, todo sistema de limites c convencional, mas desde o momento em que foi pensado, colocado no lugar e que funcione, ele não é mais arbitrário, pois facilita o enquadramento de um projeto social, aquele mesmo de uma sociedade. Eis o porquê de as revoluções constituírem, desse ponto de vista, momentos privilegiados da análise pois, se são fundamentais, se traduzem por uma reviravolta considerável nos sistemas sêmicos aos quais pertencem os limites. Não há nenhuma grande revolução no período contemporâneo que não se tenha traduzido por uma modificação dos sistemas sêmicos. Basta pensar na Revolução Francesa ou na Revolução Russa para se constatar que todos os sistemas sêmicos sofreram transformações c, era particular, o sistema dos limites. E a razão pela qual é absurdo falar em fronteiras naturais, que só existem na condição de serem subtraídas da historicidade. E se as subtraímos da historicidade é para "naturalizá-las", ou seja, para fazê-las o instrumento de uma dominação que procura se perpetuar. Convencional, sem dúvida, uma vez que os limites só manifestam um projeto que por si mesmo não é arbitrário, pois isso seria admitir que a classe dominante não procura enquadrar seu projeto social e comunicá-lo sob uma forma ideológica.

O limite é, portanto uma classe geral, um conjunto cuja fronteira é um subconjunto. Ainda aí é particularmente estranho que só a fronteira tenha uma conotação política enquanto, de fato, todo limite possui uma, nem que seja só pelo fato de ele ser sempre a expressão de uma manifestação coletiva, direta ou indireta. Na verdade, a fronteira se insere numa categoria particular, pois os Estado-nações tomaram-na como um sinal, no sentido pleno e próprio do termo³. Como tal, a fronteira é manipulada como um instrumento para comunicar uma ideologia. Sabe-se que o "príncipe" não se priva dela, ainda que nas sociedades evoluídas as manipulações se tornem mais difíceis. Quando a fronteira se tornou um sinal? Tornou-se um sinal quando o Estado moderno atingiu um controle territorial "absoluto" e tornou unívoca a mensagem fronteira ---- limite sagrado. Para aí chegar, foi preciso que se realizasse toda uma série de condições específicas, dentre as quais a da fronteira é talvez a mais importante. Durante muito tempo, as fronteiras foram mal definidas, raramente bem delimitadas e, *a fortiori*, ainda menos demarcadas. É o que se poderia chamar de fase da fronteira zonal, que caracterizou o período medieval. Uma fronteira zonal pode, naturalmente, possuir vários significados: posto avançado, declive defensivo etc. Entretanto, a fronteira zonal é sobretudo a expressão de uma informação insuficiente; as coletividades medievais que se desenvolviam ao abrigo de espessas florestas procuravam na fronteira mais uma zona de defesa do que um traçado linear preciso.

Com o aparecimento do Estado moderno, as coisas mudam. Mas mudam também graças ao surgimento e a vulgarização de um instrumento de representação, o mapa. O mapa é o instrumento ideal para definir, delimitar e demarcar a fronteira¹. A passagem de uma etapa à outra se traduz por um acréscimo de informação, mas também por um custo de energia. No fundo, trata-se da passagem de uma representação "vaga" para uma representação "clara", inscrita no território. A linha fronteira só é de fato estabelecida quando a demarcação se processa. "De fato estabelecida" significa não estar mais sujeita à contestação por parte de um dos Estados que tivessem essa fronteira em comum. Pela demarcação, elimina-se não um conflito geral, mas um conflito do qual a fronteira pudesse ser o pretexto. A linearização da fronteira é uma tendência do Estado moderno, que não foi desmentida desde o século XV, para culminar, no século XX, nas linhas "rígidas", por vezes impermeáveis porque contornadas por "muros" (Muro de Berlim, por exemplo). Fatores ideológicos (Leste-Oeste) conduzem a uma demarcação que não é mais somente um ganho em informações, mas ainda um gasto contínuo de energia por todo um sistema de construções, para o qual é necessário assegurar a manutenção e a vigilância. Chega-se assim ao fascínio da linha e reata-se, de certo modo, com os empreendimentos malucos do passado, ilustrados pelos muros romanos e pela Muralha da China. Sem dúvida, a linha materializada é uma "perversão" política que dissimula um estado latente de guerra, ou seja, uma incapacidade de aliar as relações de poder das quais a violência seja excluída; incapacidade de aliar relações negociadas de poder. Isto é, de fato, um paradoxo político e geográfico, pois a cada demarcação linear extremamente precisa corresponde uma zona geográfica tanto mais impermeável. Trata-se, enfim, de uma zona camuflada em linha. Isso significa que as funções da fronteira entre os blocos surgidos de ideologias diferentes adquirem uma forma extrema. Os armamentos muito sofisticados transformam as zonas em que se instalaram em postos avançados.

A demarcação (a delimitação também, mas com riscos de contestação) permite o exercício das funções legal, de controle e fiscal. Com efeito, a linha fronteira adquire diferentes significados segundo as funções das quais foi investida. A função legal delimita uma área no interior da qual prevalece um conjunto de instituições jurídicas e normas que regulamentam a existência e as atividades de uma sociedade política. É, sem dúvida, a função mais estável e também a mais essencial, pois não tem uma conotação negativa. Em contrapartida, a função de controle tem por dever inspecionar a circulação dos homens, dos bens e da informação de uma maneira geral, o que vale dizer, desde já, que o controle da informação se mostra muito difícil, na maioria dos casos. Quanto à função fiscal, por muito tempo ela representou o papel de instrumento de política econômica, por meio do protecionismo. A liberalização das trocas diminuiu muito a sua importância. As funções ideológicas e militares da fronteira poderiam completar essa enumeração. A função ideológica é muito marcante hoje em dia e esconde os conflitos armados potenciais. Enquanto a função militar é ambígua, pois só

pode ser assumida num contexto estratégico convencional. Os armamentos sofisticados a esvaziaram, em grande parte, de todo significado.

Assim, se considerarmos as três primeiras funções — legal, de controle e fiscal —, podemos construir um sistema hierárquico de fronteiras que dá conta das relações de poder que se instauram ou que podem se instaurar entre os atores políticos por intermédio das fronteiras. Seria errôneo pensar que as três funções estão em cena, em todas as fronteiras internacionais. A função legal esta sempre presente, mas a função de controle e a fiscal podem ser virtuais. Assim, para Liechtenstein, a função de controle e a fiscal são virtuais. Esse país poderia assumi-las, mas a elas renunciou; na verdade, essas funções foram, de alguma forma, adiadas. Isso não implica que não possam ser restabelecidas em circunstâncias particulares. Todas as fronteiras internas estão investidas da função legal, quer se trate de uma pequena ou de uma grande unidade territorial. Função legal que pode se reduzir a um conjunto de regulamentos, por exemplo, ou então de leis. Um cantão suíço tem sua própria legislação, além da legislação federal válida para o conjunto dos cantões. Contudo, pode-se imaginar, em épocas excepcionais, que se restabeleça a função de controle no próprio interior do país, ao longo das fronteiras internas. É o caso, quando há insurreições ou perturbações graves.

Se as fronteiras passam por fases de funcionalização ou de desfuncionalização, isso em geral é determinado, ou comandado por modificações socioeconômicas ou sociopolíticas. A funcionalização ou a desfuncionalização não afeta somente ao território, mas também o tempo social no interior desse território. Com freqüência, o espaço e o tempo sociais se fazem e se desfazem simultaneamente. O invólucro espaço-temporal no qual se originam as relações de poder é um todo. Assim, pois, o limite ou a fronteira não decorrem somente do espaço, mas também do tempo. De fato, a quadrícula não é exclusivamente territorial, é também temporal, pois as atividades que são regulamentadas, organizadas e controladas se exprimem de uma só vez, no espaço e no tempo, num local e num momento dados, sobre uma certa extensão e por uma certa duração⁵¹. Essa construção simultânea do espaço e do tempo tem sido muito esquecida ou, talvez, não evidenciada o bastante, resultando daí um tratamento formal dos limites. Assim, eles são abordados ligeiramente, por vezes sem rigor, e no entanto constituem uma das bases das práticas espaciais.

Sem dúvida, o limite ou a fronteira não passam de um fenômeno banal e é por isso que não têm sido objeto de um grande interesse. Mas, na realidade, eles nada têm de banal quando retomados na qualidade de sistema sêmico no projeto social. Constituem uma informação *lato sensu* indispensável a qualquer ação. Portanto, a cada vez é preciso estudá-los como portadores de uma informação que consome energia, para ser criada, controlada e mantida. Participam de todo projeto sociopolítico ou socioeconômico e é

por intermédio desses projetos que é conveniente situá-los. Constituem urna dimensão que nunca está ausente, pois não concernem somente ao invólucro espaço-temporal, isto é, toda classificação é estruturada por limites. Nesse caso, o termo "classificação" deve ser tomado no seu sentido mais genérico, no sentido de partição de qualquer conjunto. Sem partições o poder não tem nenhuma referência, nenhuma estrutura, pois não saberia mais como se exercer. Na famosa fórmula "dividir para reinar", encontra-se essa preocupação. O exercício do poder implica a manipulação constante da oposição continuidade *versus* descontinuidade. O jogo estrutural do poder conduz a assegurar ora a continuidade, deslocando os limites, ora a provocar a descontinuidade, criando novos limites. Não é excessivo pretender que o poder, para se manter ou se reorganizar, tem necessidade de se apoiar sobre esse jogo geométrico dos limites. É um jogo paradoxal, permanente.

Não, os limites não são nem inocentes, nem naturais, muito menos arbitrários. Ainda não nos persuadimos o bastante disso. Eles fazem parte do nosso jogo de reprodução social: produção, troca, consumo. A reprodução social não sendo, enfim, nada mais do que a territorialidade, pois os limites são vividos, consumidos. E basta nos debruçarmos sobre as quadrículas imaginadas para facilitar, aqui e ali, as atividades sociais, para sabermos que elas são bem ou mal vividas, qik¹ dão lugar a relações simétricas ou dissimétricas. Esses fenômenos, bem conhecidos, são observáveis tanto nas regiões fronteiriças como no interior dos países. É exatamente porque são vividos que os limites participam da territorialidade.

Eis o porquê de a territorialidade constituir um obstáculo para as divisões. Sendo "convencionais", tais divisões nem sempre são satisfatórias do ponto de vista existencial. Quando a malha é "desejada" por um poder, este se esforça por escolher o sistema que melhor corresponda ao seu projeto, pronto a transformar a existência daqueles que a ele estão submetidos⁷, a menos que estes recuperem o seu poder para se oporem ao outro poder. Todo período de crise, toda insurreição, toda revolução se traduzem por modificações mais ou menos fortes nos sistemas de limites. Isso se torna a nova quadriculação na qual se instaura, por bem ou por mal, uma nova territorialidade. Toda mudança de malha implica uma nova estrutura de poder. É o que tentaremos ilustrar, escolhendo justamente os momentos de crise, no sentido amplo do termo.

II — Mudança de poder, mudança de tessitura.

Na França, foram as leis de 24 e 26 de janeiro de 1790 que criaram 83 departamentos, 4 700 cantões e 40 411 municipalidades. Após 185 anos, a divisão política e administrativa do país, alguns retoques à parte, continua a mesma⁸.

Essa observação, banal na aparência, pois resulta da simples comparação de dois momentos, é de fato de um interesse considerável. É, em suma, um resumo da história política. Apegar de todas as transformações que a França conheceu desde 1790, nenhuma delas foi bastante forte, ou poderosa, para colocar em questão a tessitura saída da revolução de 1789. Sem dúvida, tal tessitura conheceu modificações, mudanças, ou seja, remanejamentos, mas de fato nenhuma transformação radical. A passagem do Antigo Regime à Revolução foi acompanhada portanto de uma mudança nos quadros territoriais. A passagem de uma estrutura de poder para uma outra significa também a substituição de um embasamento territorial por outro. Qual era a finalidade da Constituinte quando empreendeu esse imenso trabalho?

Na realidade, quebrar os particularismos locais e proteger as comunidades humanas, considerando os imperativos de uma boa administração⁵. Contudo, é preciso tomar cuidado com a interpretação que se pode dar aos objetivos dos constituintes. A. Soboul nos lembra o perigo que existe em descrever de uma forma simplista a Revolução Francesa como unificadora e centralizadora: "Fica claro que as realidades provinciais e o sentimento regional não podem se abster dos conflitos sociais e das lutas políticas"¹. Mudança de poder, mudança de tessitura, certo, mas a Constituinte estava em condições de dar livre curso às suas pretensas vontades unificadoras e centralizadoras? É certo que não, pois então as relações com a população teriam sido particularmente dissimétricas e a posição dos revolucionários se enfraqueceria. Vários códigos se confrontam: "A exigência revolucionária de igualdade e o sentimento nacional unificador se reforçavam um ao outro de 1789 a 1793, a preocupação de conservação social encontrava apoio nos valores provincianos tradicionais"¹¹.

Se vários princípios, vários quadros se confrontam, é portanto necessário compará-los e procurar descobrir o que enfim prevaleceu. No momento em que a decisão de trocar a tessitura foi tomada, "o quadro departamental foi definido a partir de uma tessitura teórica formada de quadrados de dezoito léguas de lado e do confronto dessa divisão com aquela já existente das *généralités** e das províncias". Em outros termos, isso significa que os revolucionários imbuídos de igualdade vão, em seus sonhos iniciais, projetar no território francês uma grade geométrica cuja única justificativa teórica é ter malhas equivalentes! O primeiro reflexo se assemelha a uma utopia euclidiana. Aliás, é sem dúvida a expressão de um poder novo que representa o objeto de sua gestão fora de toda consideração real e que, por conta disso mesmo, homogeneiza o território. É a autoridade abstrata que só consegue se exprimir em termos geométricos. É típico dos poderes que negam o tempo que os precede, porque a ele se opõem, e que não podem se apoiar numa história específica que estão realizando. Todavia, se essa utopia tivesse sido realizada, os revolucionários teriam provocado rupturas e discordâncias, ou seja, fatos prejudiciais ao seu empreendimento. Isso porque, apesar de seu desejo de romper tanto quanto possível com o Antigo Regime, eles acabaram

levando em alta consideração os sistemas de limites anteriores: "Muitos departamentos retomaram os traçados das antigas *généralités*, às vezes pouco modificados. *Généralités* e províncias são divisões administrativas estabelecidas pela monarquia absoluta por cima do quadro feudal, para quebrá-lo. Elas devem ser consideradas não como herdeiras das circunscrições feudais, mas como berços dos departamentos"¹³. Assim, se num primeiro momento a história da qual se quer livrar-se é negada, em seguida ela é recuperada, a fim de não se destruir uma territorialidade que constitui a própria substância do trunfo do novo poder. Os revolucionários descobriram depressa, sem o saber, que a instauração de uma ordem geométrica só teria sentido onde a História não houvesse deixado nenhum depósito, nenhuma sedimentação. A inércia da História é muito grande para ser negada sem dano, e essa é a razão de a antiga tessitura sobreviver na nova. Foi preciso compor "o presente, integrando o passado, para assegurar o futuro". "A nova divisão administrativa da França em departamentos não foi, como se escreveu com freqüência, uma obra arbitrária e apressada, sem fundamentos históricos." E Soboul acrescenta: "Ela aparece, ao contrário, como um hábil compromisso entre as necessidades de uma administração moderna e os dados da geografia e da história; respeitou os particularismos antigos, bem mais do que geralmente se diz".

Não é menos certo que uma verdadeira relação de poder - na qual o que estava em jogo era a divisão do território francês - se originou entre partidários de um sistema geométrico (tal como Thouret) e partidários de um sistema que valorizava as tradições da História (tal como Mirabeau). Este último dirá: "Eu desejaria uma divisão material e de fato, própria às localidades e às circunstâncias, e não uma divisão matemática quase ideal cuja execução me parece impraticável". Foi nessa posição que finalmente se concentrou a Assembléia Constituinte. O comitê limitou-se a respeitar as decisões tomadas pelos deputados das províncias... Pensou que a nova divisão do reino deveria oferecer ao espírito a idéia de uma repartição igual, fraternal, nunca a de um deslocamento do corpo político, e que, como conseqüência, os antigos limites das províncias deviam ser respeitados todas as vezes em que não houvesse uma utilidade real para mudança (15 de fevereiro de 1790). Enfim, o essencial do antigo quadro foi conservado, mas de acordo com um sistema que não deixava mais lugar aos equívocos, às contestações, ao vago. Isso não implica que a nova divisão não tenha suscitado discussões e conflitos; ao contrário, o compromisso entre nacionalismo e tradicionalismo, entre geometria e territorialidade, alimentou os debates.

Mais uma vez verifica-se a permanência das tessituras antigas que sobrevivem, pois elas são sustentadas pelas relações vividas pelas populações, pelas relações econômicas, pelos laços de solidariedade e pelas conformidades entre linguagem e costumes. Destruir ou apagar os limites antigos é desorganizar a territorialidade e, em conseqüência, questionar a existência cotidiana das populações. Uma transformação

drástica dos limites teria conduzido a um confronto com o novo poder. No fundo, em muitos casos, as províncias deram origem aos departamentos: três para a Provença, cinco para a Bretanha e para a Normandia, respectivamente. O mesmo aconteceu com a Franche-Comté, a Dauphiné, a Alsácia, a Auvergne etc. Divisão, subdivisão, sim, mas não desmantelamento geométrico: a vontade revolucionária se afirmou, sem destruir para sempre os depósitos da História. De fato, assiste-se a uma mudança de escala na estrutura territorial, mas não a uma destruição desta. Afinal, o que é um departamento? É uma "subdivisão de um espaço considerado politicamente homogêneo, economicamente neutro, administrado de maneira centralizada e cuja dimensão média esta ligada ao estado das técnicas de manutenção da ordem e do controle político do fim do século XVIII". A expressão "economicamente neutro" surpreende, mas se explica pelo fato de que os revolucionários privilegiaram o fato político em detrimento do fato econômico.

Essa definição mostra com clareza que a subdivisão, o departamento, não é de forma alguma arbitrária. Ela resulta da consideração de uma série de informações, é, por si mesma, uma informação. Informação cujo objetivo é resgatar uma estrutura operatória, ou seja, um sistema de limites e uma informação estruturante. O que a Constituinte criou foi uma informação estruturante cuja duração é notável, pois ainda hoje desempenha o seu papel.

Contudo, como toda informação que se degrada, é lícito se perguntar se essa informação antiga, senão por demais envelhecida, ainda desempenha esse papel de uma forma satisfatória. Aqui é preciso fazer a distinção entre o quadro comunal, considerado ultrapassado, e o quadro departamental, que tem numerosos defensores. Duas críticas fundamentais são feitas ao departamento: "Os limites atuais representam numerosos obstáculos a uma gestão e uma organização racionais do espaço. Os departamentos são uma circunscrição cuja dimensão média não está adaptada à ação administrativa moderna, muito ampla para certas missões, não o suficiente para outras, sendo a estreiteza o que mais se denuncia". Quer se trate da organização rural ou da organização urbana, o departamento é questionado pelo viés de suas fronteiras. De fato, muitas vezes as fronteiras atravessam as regiões rurais, cuja dinâmica é comandada por técnicas agrícolas que não se satisfazem com os limites antigos, "O crescimento da aglomeração de Lyon está bloqueado a nordeste pelo limite departamental do Ain, e a sudeste pelo do Isère." O segundo tipo de crítica tem a ver com a dimensão, julgada inadequada em termos econômicos: "O tamanho é ora muito grande, ora muito pequeno".

Portanto, haveria uma crise dessa informação estruturante, que é na realidade a expressão de uma crise do sistema institucional. A matriz departamental foi criada para permitir a realização de certas relações essencialmente político-administrativas,

enquanto hoje o Estado está cada vez mais implicado nas relações socioeconômicas, que ignorava há cerca de dois séculos. Seguiu-se uma discordância progressiva cada vez mais evidente. A divisão departamental surgiu de um modo de produção que não existe mais.

O modo de produção contemporâneo necessita de uma redefinição das unidades territoriais, o que foi feito por planejadores que "criaram às pressas as regiões planejadas". Por um decreto de 30 de junho de 1955, foram criadas de improviso 22 regiões planejadas. Mas a expressão "às pressas" parece se fortalecer, pois essa nova constituição "aparece hoje totalmente inadaptada às necessidades do momento". Essas incertezas quanto às dimensões das malhas territoriais se refletem nos trabalhos de numerosos economistas e geógrafos que, nos anos 60, propuseram inúmeras divisões. Jean Labasse mostrou, oportunamente, que a pesquisa do gabarito ideal era urgente. Os resultados dessa pesquisa estão condicionados pelo sistema de relações que se quer privilegiar.

Mas já não é excessivo privilegiar um sistema de relações mais do que outro? Não há uma contradição em colocar as coisas em termos exclusivamente políticos ou exclusivamente econômicos? Não é aí que se encontra o drama da territorialidade, que não é feita apenas de relações políticas ou apenas de relações econômicas mas, entre outras, destas e daquelas? A territorialidade está em crise e, por consequência, a tessitura que a sustenta também. A territorialidade está em crise porque há uma crise profunda nas relações. Então, nenhum quadro territorial seria conveniente, e as críticas que evocamos ilustram com perfeição não somente a crise da matriz territorial mas também a de todo o sistema de reprodução social que ali se inscreve. Notaremos que as críticas se apóiam em parte, ou até mesmo no todo, na constatação de que as malhas territoriais são inadequadas para a ação econômica. Isso é o mesmo que reconhecer que as relações econômicas se destacam. Aliás, essas críticas são marcadas pelo timbre da época em que surgiram: a do desenvolvimento dos anos 1950 a 1970. De fato, não se trata disso, pois durante esse período a ação econômica não prevaleceu sobre a ação política. A primeira substituiu a segunda ou tenderia a substituí-la, se fosse possível. As coisas são até mesmo um pouco mais complexas, pois o poder político não é substituído, mas age como se o tivesse sido, imitando o poder econômico: "Dois palhaços se olham através da moldura vazia de um grande espelho. Um é exatamente a réplica do outro pelo tamanho, pela roupa e pela maquiagem. O primeiro está bêbado e o segundo imita com cuidado todos os seus gestos [...] O primeiro palhaço é o Capital, na embriaguez e na cegueira de seu crescimento; o palhaço imitador e lúcido é o Estado". Tal metáfora, como todas as metáforas, é talvez bastante eficaz, mas revela uma das raízes da crise: o mimetismo. O mimetismo é a não-diferenciação, a perda das diferenças. Na realidade, é o desaparecimento superficial das diferenças, pois no fundo, como vimos, o Estado

permanece tão lúcido quanto pode no seu jogo com o poder econômico. Mas, por aí, ele aceita a obliteração de seus quadros territoriais. Existe, assim, urna contradição entre a atitude do Estado que imita a economia e os quadros sobre os quais se apóia. O Estado incita à aplicação de uma tessitura de geometria variável, que não é compatível com a gestão política tradicional. Portanto, aí ocorre uma deformação na ação política.

O poder econômico postula uma informação estruturante de curta duração: tessitura instável contra tessitura estável. O debate é sem saída, mas não sem interesse. A tessitura é o trunfo fundamental na relação que se instaura em vários níveis entre organizações econômicas e organizações políticas. As primeiras têm um interesse evidente em anular os obstáculos, para tornar o espaço territorial isotrópico tanto quanto possível, de maneira a investir com facilidade ao sabor das modificações técnico-econômicas. Quanto menos disjunções oferece o território, mais ele se prestará a mudanças rápidas. Já as organizações políticas, sobretudo as que se inspiram no princípio de centralização, têm interesse em recortar, em subdividir para melhor assentar seu controle; favorecem um espaço territorial anisotrópico, de maneira a evitar a possível ocorrência dos fenômenos de difusão. Eis a grande diferença: num caso trata-se de favorecer a difusão, no outro trata-se de impedi-la, eventualmente.

Uma primeira conclusão se impõe: os objetivos das organizações econômicas e os das organizações políticas são *em parte* contraditórios, salvo, em tese, nos regimes socialistas. Mas as contradições podem ser suplantadas, na medida em que se questionam mais os princípios e os quadros de ação que incorporam as tessituras em sua estratégia do que a própria natureza das tessituras. Não é a malha, o departamento ou outra coisa qualquer, que é muito pequena, é o poder de agir, de operar, de realizar que não é bastante fluido e bastante livre no território. A organização política gera mais relações verticais que horizontais, é por esse motivo que essas últimas devem ser suscitadas, do contrário entra-se no pesadelo das descontinuidades paralisantes. Uma tessitura não pode ser modificada sem cessar; por outro lado, o poder que a utiliza pode ser amaciado e ajustado por intermédio de seus quadros e de seus princípios. Se relações necessárias devem se instituir entre os elementos pertencentes a duas malhas diferentes, não são os limites que impedem essas relações, mas as estruturas de poder que garantem as malhas.

III - Mudança de modo de produção, mudança de tessitura.

Vimos no exemplo precedente que uma mudança de regime político induzia a uma mudança de quadrícula territorial. Modificação que talvez se justificava ainda mais por uma necessidade funcional de uniformização no interior de um território cujas partes estavam submetidas a sistemas de organização variáveis — do que por urna

necessidade funcional de origem econômica. De fato, se a Revolução Francesa marca uma ruptura política com o Antigo Regime e prepara novas condições para a atividade econômica, ela não marca, de forma alguma, a passagem de um modo de produção para outro.

Por ocasião da passagem de um modo de produção para outro, chega-se a uma situação ainda mais fundamental que anteriormente. A tessitura territorial é um sistema sêmico que mantém relações diretas com o modo de produção, que por se manifestar no território tem necessidade de códigos. A tessitura é um código, da mesma forma que a língua, por exemplo. Usemos a Tailândia para ilustrar tal afirmação.

Logo de início Bruneau declara que no Sudeste Asiático "o poder político se manifesta em dois níveis: o do Estado e o da comunidade aldeã. Todo Estado é, ao mesmo tempo, origem e reflexo de uma formação econômica e social". Sob a aparente ambigüidade dessa última observação, descobre-se a inextricável ligação entre o nível político e o nível econômico. O primeiro comanda a hierarquização do segundo, que se manifesta na base, na aldeia: unidade social e territorial herdada do modo de produção pré-capitalista. É extremamente interessante notar que a passagem do modo de produção asiático ao modo de produção capitalista não teve como saldo o desaparecimento dessas comunidades aldeãs. Estas constituíam, pois, acima do sistema, espécies de invariáveis, verdadeiros nódulos de cristalização de uma territorialidade que desafiam o tempo. São os elementos originais da interface biossocial que tecem a trama que serve de suporte para a expansão de um ou de outro modo de produção. Cada modo de produção constrói sua rede administrativa a partir dessa trama resistente.

Até meados do século XIX, era o modo de produção asiático que dominava no Sião: "A aristocracia dos Chao e dos Naï é a classe dominante que, encarnando o Estado sob o rei, se apropria do excesso de produção das comunidades rurais e controla estreitamente o comércio". Essa aristocracia drenava, pois o excedente de energia e organizava sua distribuição. Ela residia nos "centros", as cidades (Muang) e a capital, e preenchia a função de empregador da população de camponeses — Phaï — ou homens livres, submetidos aos trabalhos braçais e ligados a um patrão — Naï ou Chão — e dos That ou escravos (um terço da população, mais ou menos) quando do desaparecimento de seus donos. No norte ocorria a mesma repartição em classes, mas com soberanos menos poderosos que não impunham trabalhos forçados tão estritos, pois as grandes obras aí eram menos importantes. O modo de produção asiático dominava nas planícies mas não nas montanhas, onde se conservava um modo de produção tribal.

A esse "sistema de autoridade por encaixe (o rei, os Chao os Naï e suas clientelas de Phaï e de That)" correspondia um sistema ideológico que assegurava; a reprodução do modo de produção asiático. Mas a esse sistema correspondia também, e claro, uma estrutura espacial específica.

Bruneau fala de estrutura espacial em auréolas ou ainda de sistemas de encaixe. Será possível notar a coerência que existe entre a estrutura do poder e a estrutura espacial que lhe serve de suporte ou de matriz territorial. Há, portanto, uma zona central formada pela capital e pelas províncias vizinhas que ocupa, grosso modo, o delta do Mae Nam Chão Phraya. Essa zona é prolongada por províncias de terceira, segunda e primeira classes, cujo lugar é determinado pela importância do seu centro. Numa coroa ainda mais externa se repartiam os Estados tributários, cuja formação econômica e social era distinta da formação siamesa caracterizada pelas províncias da planície central.

Tal era, em pequena escala, a organização territorial. Em escala maior, o território era organizado a partir do "Muang, que significa, ao mesmo tempo, cidade, centro e o território que ela controla {num raio de dois dias de caminhada, em princípio)". O centro reagrupava e organizava uma população dividida em comunidades aldeãs. A aldeia (Ban ou Muban) era, assim, a menor unidade administrativa. A relação de poder era do tipo patrão—cliente, que se ligavam por meio de uma troca recíproca de prestações de serviço. Vê-se que as relações significativas eram verticais e, de fato, as relações horizontais eram menos importantes (cliente a cliente ou patrão a patrão). Espacialmente, a aldeia estava no centro de um terreno de arrozais e de vegetação rasteira com contornos bastante indefinidos,

A partir da segunda metade do século XIX, o aparecimento do modo de produção capitalista vai questionar essa estrutura. Haverá mesmo uma considerável evolução de 1890 a 1950. É que as redes de vias férreas e as rodovias vão quebrar a antiga organização e fornecer os meios para uma outra centralização administrativa'.

De início a passagem de um modo de produção para outro foi marcada pela substituição de impostos sobre as antigas prestações e as antigas doações em espécie. Em seguida, houve a formação de um pequeno campesinato proprietário da terra que explorava.

Mas é, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial que crescerá o modo de produção capitalista e que se acelerará a expropriação de um número sempre maior de agricultores, que incharão o proletariado urbano. Seguiu-se um remanejamento da organização administrativa do território, embora esse remanejamento já houvesse

começado entre 1892 e 1897. O sistema em auréolas é então substituído por um sistema copiado do modelo colonial inglês.

Os Muang se tornaram unidades territoriais de segunda ordem, reagrupados em círculos (Monthan), sob um alto comissário real. Em 1915, havia vinte Monthan. Por outro lado, a centralização foi reforçada com a introdução de funcionários reais da província e do distrito e com a eleição dos chefes de aldeias (Muban) e de cantões (Tamhan). Em seguida procedeu-se aos remanejamentos de províncias (Changwat), que reagruparam vários antigos Muang.

É interessante notar que, do ponto de vista territorial, houve um esforço em se caminhar da noção imprecisa de Muang para uma outra mais precisa (no sentido de nitidamente delimitada), de Changwat (província). Há, pois, um certo ganho em informação, sendo que cada Changwat foi subdividido em distritos (Amphoe). Nesse nível a administração centralizada se estanca, pois os chefes de cantão (Tamhan) e de aldeia (Muban) não são verdadeiros funcionários, mas auxiliares do poder central. Bruneau não deixa de assinalar que a autonomia da comunidade aldeã foi ameaçada, pois o progresso das culturas comerciais coloca a aldeia cada vez mais sob a dependência de uma rede comercial dominada por Bangcoc. A conjunção político-econômica do modo de produção capitalista está a ponto de rasgar a trama original da territorialidade tailandesa pela manipulação dos códigos de hierarquia e de centralização, de um lado, e dos códigos de comutação e de acumulação, do outro.

O modo de produção capitalista procura assegurar a fluidez dos elementos que utiliza, manipula e combina. Ora, a trama aldeã foi, durante um longo tempo, uma unidade indivisível, dotada de uma grande coesão, que podia fazer malograr o sistema comercial nacional e, sobretudo, internacional. Sua destruição não é, portanto, mais que uma questão de tempo. Já começou e vai se acelerar, sem sombra de dúvida.

Enquanto a coesão das comunidades aldeãs era a garantia do funcionamento do modo de produção asiático, essa mesma coesão se torna um obstáculo à mobilidade desejada pelo modo de produção capitalista. Este último se esforça em destruir os espaços moleculares que são as aldeias, de modo a poder combinar vantagens. Essa estratégia apresenta uma série de vantagens: relações com elementos menores, portanto, mais facilmente domináveis, possibilidade de aumentar a mobilidade desses elementos e reforço do controle pelos mecanismos do mercado. Face aos atores políticos e econômicos, cuja capacidade de dominação é considerável, o ator "comunidade aldeã" não pode mais apresentar uma frente uniforme, pelas razões já citadas, tanto que as relações de poder se tornaram muito dissimétricas. Portanto, a procura de uma tal relação tem como resultado a desestruturação, a destruição final do ator "aldeia", na qualidade de comunidade humana.

Basta dizer que o ator tessitura não está no auge de sua evolução e que tem todas as chances (ou infortúnios) de ser questionado na base. Isso quer dizer a inauguração, ou melhor, a perseguição de uma estratégia que favorece uma territorialidade instável. Terrível dilaceração de uma trama espaço-temporal, dissolução simultânea do espaço e do tempo sociais. Nenhum elemento teórico permite se opor à evolução, muito menos fortalecê-la. A única coisa que se pode dizer é que essa mudança não se faz sem um custo elevado para as comunidades aldeãs. Esse custo é contrabalançado por ganhos para as comunidades? Em caso afirmativo, quais? Ou se trata de um jogo sem vencedores, no qual aquilo que as comunidades perdem as organizações ganham?

IV — À procura de uma nova malha: a região

Velha idéia geográfica, emblema sempre brandido, a região hoje parece focalizar (na verdade, já há vinte anos) todo um feixe de protestos endereçados ao Estado, que por sua centralização contribuiu para decompor o tecido social¹⁰. É certo que o Estado persegue uma lógica da unidade e da uniformidade, mas por isso mesmo substitui a diversidade pela generalidade, o que significa que a regra se torna um puro instrumento de ordem em vez de ser um instrumento de regulação. De fato, há uma antinomia entre a vontade e a ação do Estado, de um lado, e a aspiração a uma vida regional, de outro. Eis por que certas pessoas pensam que "a questão regional não designa nenhuma realidade objetiva, não remete a nenhum suporte material; é, no máximo, uma questão vazia. O que significa essa introdução? Duas coisas: 1) Que a região permanece, ao menos até hoje, mais um objeto de discurso que de práticas; 2) É a partir dessa constatação que o trabalho do sociólogo consiste, sobretudo, em dar a essa questão um conteúdo relativo às relações sociais". Objeto de discurso *versus* objeto de prática, essa oposição pode constituir o primeiro elemento de um encadeamento de leitura possível. E inteiramente da lógica do Estado construir uma imagem de diversidade que ele assenta sobre a uniformidade. A região é dita, não vivida. E no entanto podemos nos enganar com isso, e de fato nos enganamos, uma vez que baterias de decretos e leis parecem dar uma consistência à idéia de região. A região não está ausente das preocupações do Estado, ao contrário: ele corta, subdivide, delimita, quadricula, encerra... o mapa, mas não o território, que deve permanecer essa cera, prestes a receber todos os selos conforme as necessidades do poder central. "Porque não remete a nenhum significante, o termo 'região' e os discursos que se constroem em torno são independentes de qualquer relação com o real. É, sem nenhuma dúvida, um caso de produção de uma informação realizada para marcar o vazio da prática: a política dita é regional, a política não dita é a regional. Parece-nos que estaríamos errados em falar de duplicidade, pois se trata de uma coisa bem diferente. Trata-se de um exemplo de dupla estratégia situado em planos diferentes: discurso regional e prática a-regional.

As aspirações de inúmeros grupos se dirigem para esse pólo regional: uma espécie de terra prometida, mas o Estado não o quer; então, ele multiplica os discursos sobre a região, de modo a manobrar uma grande quantidade de sentidos. Para o Estado, a região é uma expressão da qual se conserva sábia e sutilmente a polissemia. É um jogo difícil, mas no qual o Estado se distingue, tanto mais que o discurso permita agir alternadamente em diferentes escalas: da pequena à grande escala, segundo as necessidades do momento. É o jogo dos sinais que permitem dizer tudo "aquilo que deve ser dito", no momento em que deve ser dito, sem que por isso a realidade seja afetada⁴³. Trata-se de dar a impressão da diversidade na uniformidade.

Poderia ser de outra forma no modo de produção capitalista, em relação ao qual se pode perguntar se ele não suprime todas as diferenças e, em particular, toda diferença ligada ao espaço?⁴⁴ Se respondemos pela afirmativa, isso implica que o tempo local e o espaço local serão negados. Mas o que é esse tempo local e esse espaço local? Visto do centro, é muito pouca coisa: um agregado de particularidades, de hábitos e costumes que constituem outros tantos obstáculos a uma uniformização. Visto do "local", é muito, pois é a "territorialidade" cristalizada, ou seja, a significação da vida cotidiana. Destruir essa territorialidade é destruir toda uma simbologia cujo desaparecimento impede a manutenção de um diálogo com o meio espaço-temporal: "Nessa perspectiva, o particular, o singular, o concreto, o local se opõem ao universal, ou formal, ao Estado, da mesma forma que o folclore pode se opor à técnica"¹⁵. É o fim de um diálogo multidimensional: somente o diálogo alto *versus* baixo é mantido, o diálogo horizontal é anulado. É evidente que isso faz parte da lógica do poder, que se fundamenta na idéia do poder descendente, isto é, do poder que vem do alto e que deve mediatizar tudo. A relação se torna triangular, pois é preciso passar pelo pico para manter uma relação no nível da base: o local só tem significado pelo "todo", abstrato e formalizado. De fato, freqüentemente a região não remete a nada de material. Assim, por exemplo, o significado "Bretanha" é uma palavra sem suporte e portanto suscetível de receber várias acepções possíveis, em função de projetos políticos diferentes, às vezes adversos⁴⁵.

Isso não impede o nascimento de uma reivindicação regional: Bretanha e Occitânia na França, por exemplo. Mas aí também se permanece no nível dos discursos: "O regionalismo bretão está mais ligado àqueles que fazem a Bretanha funcionar como sociedade do que àqueles que dão vida a ela". Basta dizer que o "regionalismo bretão preocupa bem mais os notáveis da administração e os mestres do que os agricultores, pescadores e operários". Se é esse o caso, é que de fato os notáveis perceberam, antes dos outros, "uma fissura que preconiza a morte de uma sociedade".

Defender a região, defender o local "é talvez uma simples busca de sentido. Esse trunfo não deve mais ser recebido numa acepção filosófica ou psicológica, mas como

uma questão referente à relação da sociedade para com os indivíduos, ao consentimento dos indivíduos em pertencer a tal sociedade". É a descoberta de que primeiro se pertence a um território *lato sensu*, para depois se pertencer a uma sociedade. Eis todo o problema da territorialidade.

O discurso regional revela de uma forma muitas vezes patética o drama da desterritorialização e, por consequência, a crise da territorialidade. Há, na base, discursos e práticas, ou até mesmo protestos, que opõem ao discurso do Estado, que, enfim, se acomoda bastante bem a essa situação. Esses protestos liberam uma informação que mostra a transformação dos atores paradigmáticos em atores sintagmáticos que concorrem para criar novas relações de poder. O protesto regional raramente é único, pois alia-se a outros, tais como o feminismo, a autogestão e a ecologia. Esses quatro protestos estão ligados: "O que significa simplesmente que não se poderia ser adepto da autogestão sem ser partidário de uma liberação completa da mulher e da autonomia das regiões, ao mesmo tempo que não se pode conquistar a restauração dos equilíbrios naturais sem uma reformulação das relações entre os grupos sociais".

Eis a demonstração de que tal trunfo é fundamentalmente a territorialidade, tal como a definimos. Nesses quatro protestos, o que está em jogo são as relações essenciais e existenciais. Por intermédio deles sente-se a vontade de afirmar a necessidade de relações simétricas com os seres, com os locais, o trabalho e o meio espaço-temporal. Retomar o poder pela base por meio do cotidiano e, sobretudo, recuperar uma malha territorial que possa permitir o exercício desse poder. Em resumo, trata-se de redescobrir, para as coletividades, malhas concretas que se oponham às malhas abstratas propostas pelo Estado. Estamos certamente no limiar de uma era na qual a região, a que é vivida, desempenhará um papel cada vez maior para as diversas comunidades.